

**PARECER Nº 44/2014**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 22/2014**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR VEREADOR MATOS ALÉM**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe, que “autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o piso salarial dos profissionais que especifica e dá outras providências”, foi aprovado juntamente com as emendas nº 1 e 2, as quais deram nova redação à sua ementa e ao seu art. 1º, respectivamente.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do §1º do art.232 do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Da análise do presente projeto, verificou-se a necessidade de se fazer as seguintes correções na sua redação.

Na ementa e no art. 1º, com a nova redação dada pelas emendas nº 1 e 2, respectivamente, inserimos o termo “dos” antes da expressão “Agentes de Combate às Endemias”.

No parágrafo único do art. 1º, acrescentamos o pronome oblíquo “se” antes do verbo pronominal “referir”, em conformidade com regras gramaticais. Ademais, substituímos a expressão “Art. 1º” por “*caput* deste artigo”.

No art. 2º, fez-se necessário passar o adjetivo “decorrente” para o plural, uma vez que este está se referindo ao substantivo “despesas”, usado na forma plural. Com isso, atende-se às regras gramaticais de concordância nominal.

Por fim, em relação ao art. 3º do projeto, visando obter concisão em seu texto, suprimimos, na sua parte final, a expressão: “Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE”, pois não há necessidade de se fazer esta citação no referido artigo, como forma de explicitar o objeto da Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014. O art. 1º do projeto já faz menção a este piso salarial, informando que a sua fixação é feita nos termos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela referida Lei nº 12.994, de 2014.

Ressalte-se que tal supressão não acarreta nenhum prejuízo ao texto do referido artigo, já que aquela citação é desnecessária para o seu entendimento.

Ainda no referido art. 3º, fizemos nova citação da Lei nº12.994, de 17 de junho de 2014, mencionando apenas seu

número e ano, tendo em vista que esta lei já foi integralmente citada no art. 1º.

Sem mais alterações, passa-se à conclusão.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opinamos por dar à proposição a redação final a seguir redigida.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 2014.

**Vereador MATOS ALÉM**  
**Relator**

## **REDAÇÃO FINAL**

### **PROJETO DE LEI Nº 22/2014**

Fixa o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, nos termos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e dá outras providências”.

#### **O Prefeito Municipal de Arinos - MG:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Arinos, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** É fixado o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, nos termos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

**Parágrafo único** –O piso salarial a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser reajustado anualmente pelo mesmo índice que for reajustada a assistência financeira complementar instituída pela Lei nº 12.994, de 2014.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementares, se necessário.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, porém com seus efeitos financeiros vinculados à confirmação do repasse do Ministério da Saúde, em cumprimento à Lei nº 12.994, de 2014.

Prefeitura Municipal de Arinos/MG, 13 de novembro de 2014.

**Roberto Sales**

Prefeito Municipal